

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT, 2000. NBR 10151 - Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- ALMEIDA, F. 1981. Avifauna de uma área desflorestada em Anhembi, Estado de São Paulo. 1981. 272 f. tese (doutorado) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo
- ALMEIDA, F.F.M. de. Fundamentos geológicos do relevo paulista. São Paulo: IG-USP, 1964. 99 p. (IGEOG – Série Teses e Monografias, 14).
- ALVES, J.E.D *A transição demográfica e a janela de oportunidades*. São Paulo, 2008.
- ASSINE M.L., Piranha J.M., Carneiro, C.D.R. 2004. Os paleodesertos Pirambóia e Botucatu. In: Mantesso Neto V., Bartorelli A., Carneiro C.D.R., Brito-Neves B.B. orgs. 2004. Geologia do Continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Ed. Beca. p. 77-93. (Cap. 5).
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Consulta realizada em agosto de 2021.
- BARBOSA, L.M. et al. Lista das espécies indicadas para restauração ecológica para diversas regiões do de São Paulo. 2017. Instituto de Botânica, 344p.
- BECKER. M. & DALPONTE. J. C. 2015. Rastros de mamíferos brasileiros - um guia de campo. technical books. 166 pg
- BORGES, P.A.L. & TOMÁS, W.M. 2004. guia de rastros e outros vestígios de mamíferos do pantanal. Embrapa pantanal, Corumbá, 148 p
- BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Bioma mata atlântica. 2019. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/biomas/mataatl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento.html. Acessado em 28 de junho de 2021.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, 2020. Disponível em:<<http://areasprioritarias.mma.gov.br/>>. Acessado em 28 de junho de 2021.

BRASIL. 1979. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. 1979. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. 2003. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução SMA nº 32, de 03 de abril de 2014. Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

BRASIL. 2003. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução SMA nº 32, de 03 de abril de 2014. Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

BRASIL. 2012. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 10.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de

1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/>>. Acessado em: fevereiro/2021.

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. "Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil". Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/>>. Acessado em: outubro/2021.

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. "Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências". Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/>>. Acessado em: outubro/2021

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 274, 29 de novembro de 2000. "Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras". Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/>>. Acessado em: outubro/2021

BRASIL. Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013. Dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados – Artigos 2º e 3º.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 9, 23 de agosto de 2002.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 9, 23 de agosto de 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, p. 11, 15 de maio de 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, p. 11, 15 de maio de 2009.

BRASIL. Decreto nº 530, de 20 de maio de 1992. Cria a Floresta Nacional de Ipanema. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0530.htm> Acessado em 28 de junho de 2021.

BRASIL. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria 120, de 18 de setembro de 2002. Reconhece, mediante registro, como reserva particular do patrimônio natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade, o Parque Florestal São Marcelo, situado nos municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, estado de São Paulo, com área de 187,0630 ha. Diário Oficial da União, Brasília, p. 136, de 19 de setembro de 2002.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acessado em 28 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. CONAMA. Resolução 357, de 17 de março de 2005: Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 19 de julho de 2000.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 19 de julho de 2000.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acessado em: 30 de junho de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2014. Instituto Chico Mendes - Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção; in n.º 444/2014. Disponível em

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies.html?start=1150>>. Acesso em 20/07/2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria 9, de 23 de janeiro de 2007. Ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, p. 55, 14 de janeiro de 2007.

BRASIL. Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014. No uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e na Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 10, de 1º de outubro de 1993. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e pela Medida Provisória nº 350, de 14 de setembro de 1993, e com base no Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CONAMA/Nº 025, de 03 de dezembro de 1986.

BROOKS, T., J. TOBIAS & A. BALMFORD. 1999. Deforestation and bird extinctions in the atlantic forest. *Animal conservation* 2: 211-222

BUTLER, J.R.A.; DU TOIT, J.T. & BINGHAM, J. 2004. Free-ranging domestic dogs (*canis familiaris*) as predators and prey in rural zimbabwe: threats of competition and disease to large wild carnivores. *biological conservation*, 115(3): 369-378

CAAPUÃ ETÊ, ENGENHARIA AMBIENTAL, 2017. monitoramento sazonal de fauna 8º relatório de acompanhamento - Loteamento São Sebastião. Porto Feliz/SP.

CAMPOS, C.B.; ESTEVES, C.F.; FERRAZ, K.M.P.M.B.; CRAWSHAW JR., P.G. & VERDADE, L.M. 2007. Diet of freeranging cats and dogs in a suburban and rural environment, south-eastern Brazil. *journal of zoology*, 273(1): 14-20.

CARVALHO, P.E.R. Espécies arbóreas brasileiras. 2003. Embrapa Informações Tecnológicas; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003. 1039p.

CBH - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ. 2016. Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027.

CBH - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ. 2020. Relatório de Situação 2019-2020.

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2020. Monitoramento da Qualidade das Águas Interiores. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2021/09/Relatorio-Qualidade-das-Aguas-Interiores-no-Estado-de-Sao-Paulo-2020.pdf>>.

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2020. Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2021/05/Relatorio-de-Qualidade-do-Ar-no-Estado-de-Sao-Paulo-2020.pdf>.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, de 13 de julho de 2015. Estabelece “procedimento para a elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para fins de licenciamento ambiental e/ou autorização para supressão de vegetação nativa”, e dá outras providências

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Decisão de Diretoria nº 217/2014/I, de 06 de agosto de 2014. Dispõe sobre a aprovação e divulgação do “Manual para Elaboração de Estudos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental” no âmbito da CETESB. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/decisoes-de-diretoria/>>. Acessado em: fevereiro/2021.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Decisão de Diretoria nº 247/2017/I, de 28 de agosto de 2017. Dispõe sobre as “Instruções para protocolização dos documentos digitais dos processos de licenciamento

com avaliação de impacto ambiental no Sistema Eletrônico e-ambiente". Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/decisoes-de-diretoria/>>. Acessado em: fevereiro/2021.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Licenciamento Ambiental – Roteiros e Informações. Termo de Referência para Elaboração de EIA/RIMA. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/termo-de-referencia-para-elaboracao-de-eiarima/>>. Acessado em: fevereiro/2021.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Monitoramento da Qualidade das Águas Interiores. 2019. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2020/09/Relatorio-da-Qualidade-das-Aguas-Interiores-no-Estado-de-Sao-Paulo-2019.pdf>

CHIARELLO, A. G. 2000. Density and population size of mammals in remnants of brazilian atlantic forest. *conservation biology*, v.14, n.6, p.1649-1657.

COMITE PCJ. 2002. Duplicação da rodovia sp-300 entre os municípios de jundiá e tietê - km 72+200 ao km 103 + 000 e km 113 + 000 ao km 158+650, incluindo o contorno do município de ITU/SP. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

CONAMA. 2002. Resolução CONAMA nº 307/2002. "Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil". - Data da legislação: 05/07/2002.

CONAMA. 2005. Resolução Conama nº 357/2005. "Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências."

COSTA H. C. & BÉRNILS R.S. 2018. Répteis do Brasil e suas unidades federativas: lista de espécies. *herpetologia brasileira* - volume 8 - número 1 - fevereiro de 2018

CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. 2006. Carta Geológica do Estado de São Paulo. Escala 1:750.000.

CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. 2017. Siagás - Sistema de Informações de Águas Subterrâneas. Disponível em: <http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/>.

CRUMP, M.L. & N.J. SCOTT JR. 1994. Visual encounter surveys; p. 84-92 in w.r. heyer, m.a. donnelly, r.w. mcdiarmid, l.a.c. hayek and m.s. foster (ed.). measuring and monitoring biological diversity: standard methods for amphibians. washington dc: smithsonian institution press.

DAEE 1981b. Estudo de Águas Subterrâneas, Região Administrativa 4 (Sorocaba), SP. São Paulo, SP. DAEE, 2v.

DAEE 1984. Caracterização dos recursos hídricos no Estado de São Paulo. São Paulo, SP. DAEE, 175p.

DAEE et al. Mapa das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo. 2005. Escala 1:1.000.000.

DAEMON, R. F.; QUADROS, L. P. Bioestratigrafia do Neopaleozóico da Bacia do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 24., Brasília, 1970. Anais... Brasília: Sociedade Brasileira de Geologia, 1970. v. 1, p. 359-412.

DATAGEO. Sistema ambiental paulista. 2021. Disponível em: <https://datageo.ambiente.sp.gov.br/>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2021

DEVELEY, P.F. & ENDRIGO, E. 2004. Guia de campo: aves da grande São Paulo. aves e fotos Editora, São Paulo.

EHRlich, P.R. & WILSON, E.O. 1991. Biodiversity studies: science and policy. science, 253, 758-762.

EISENBERG, J. F. & REDFORD, K. H. 1999. Mammals of the neotropics (volume 3). the northern neotropics. the central neotropics: Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil. Chicago, University of Chicago Press. 609p.

EMBRAPA 1991 EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Solos (1960). Mapa Pedológico do Estado de São Paulo.

- EMMONS, L. & FEER, F. 1997. Neotropical rainforest mammals. a field guide. Second Edition. Chicago: The University of Chicago Press 307p.
- FAHRIG, L. EFFECTS OF HABITAT FRAGMENTATION ON BIODIVERSITY. 2003. Annual reviews in ecology, evolution and systematics, v.34, p.487-515.
- FAPESP – Programa Biota. 1999. Disponível em: <<https://www.biota.org.br/biotafapesp/>>. Acessado em 01 de dezembro de 2021.
- FERREIRA, J.P.; LEITAO, I.; SANTOS REISS, M. & REVILLA, E. 2011. Human-related factors regulate the spatial ecology of domestic cats in sensitive areas for conservation. plos one 6(10): e25970. doi:10.1371/journal.pone.0025970
- FILGUEIRAS, T.S.; NOGUEIRA, P.E.; BROCHADO, A.L. & GUALA II, G.F. 1994. Caminhamento: um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. Cadernos de Geociências 12: 39-43
- FLORA DO BRASIL 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>> Acessado em: 01 de dezembro de 2021.
- FLUX, J.E.C. & ANGERMANN, R. 1990. Chapter 4: the hares and jackrabbits. in: j.a. chapman & j.e.c. flux (eds), rabbits, hares and pikas: status survey and conservation action plan, pp. 61-94. the world conservation union, gland, Switzerland.
- FORTE, C.; MANRIQUE, A.H.H.; MIURA, R.Y.H. Avaliação da incidência e dos impactos de uma espécie invasora de bambu na vegetação arbórea da Reserva Florestal “Bráulio Guedes” em Sorocaba/SP. Apresentado na instituição Universidade Paulista em junho de 2012.
- FRANÇA D.P. F., FREITAS M. A., RAMALHO. W. P. & BERNARDE P. S. 2017. Diversidade local e influência da sazonalidade sobre taxocenoses de anfíbios e répteis na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. Iheringia, Série Zoologia, 107: e2017023
- FRANÇA, A. B.; POTTER, P. E. Estratigrafia, ambiente deposicional e análise de reservatório do Grupo Itararé (Permocarbonífero), Bacia do Paraná (Parte

1). Bole-tim de Geociências da Petrobras, Rio de Janeiro, v.2, n. 2/4, p. 147-191, 1988.

FRANCHIN, A. G.; MARÇAL, O. JR. 2004. A riqueza da avifauna no Parque Municipal do Sabiá, zona urbana de Uberlândia (MG). rev. biotemas, v. 1, n. 17, p. 185.

FUNDAÇÃO SEADE. *Sistema Seade de Projeções Populacionais*. Disponível em: <https://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/>. Acesso em: ago. 2021.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Conheça a Mata Atlântica*. 2020. Disponível em < <https://www.sosma.org.br/conheca/mata-atlantica/> Acessado em: 28 de junho de 2021.

GALETTI, M. & SAZIMA, I. 2006. Impacto de cães ferais em um fragmento urbano de floresta atlântica no sudeste do Brasil. *natureza & conservação*, 4(1): 58-63

HADDAD, C.F.B., L.F. TOLEDO, C.P.A. PRADO, D. LOEBMANN, J.L. GASPARINI & I. SAZIMA. 2013. *Guia dos anfíbios da Mata Atlântica – diversidade e biologia*. são paulo: anolis books, 542 pp.

HADDAD, C.F.B.; TOLEDO, L.F. & PRADO, C.P.A. 2008. *Anfíbios da mata atlântica*, Editora Neotrópica, SP.

HOLFLING, ELIZABETH; LENCIONI, F. *Avifauna da Floresta Atlantica, Região de Salesópolis, Estado de Sao Paulo*. revista brasileira de biologia, rio de janeiro, v. 52, n. 3 , p. 361-78, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250 000*. 2019. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2021.

IGC- Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo. Folha 091/087. Município de Porto Feliz. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/>

INMET, 2021. Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa (BDMEP) da Estação Meteorológica Convencional de Sorocaba publicado pelo Instituto Nacional de Meteorologia.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBIO. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção volume ii, iii, iv, v 2018.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 1999. Manual de Ocupação de Encostas.

IUCN. 2020. THE IUCN RED LIST OF THREATENED SPECIES. Disponível em <<http://www.iucnredlist.org>>. acesso em 20/07/2021.

KARLLA VANESSA DE CAMARGO BARBOSA^{1,2} & PEDRO F. DEVELEY² & MILTON CESAR RIBEIRO¹ & ALEX E. JAHN³ RECEIVED: 30 MAY 2020 / revised: 26 december 2020 /accepted: 28 december 2020

KOEPPEN, 1948. Climatologia: conunestudio de los climas de latierra. Fondo de Cultura Econômica. México. 479p.

KRONKA, F. J. N. et al. Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo. 2005. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal; Imprensa Oficial, 200p.

LACERDA, R. A. C. 2015. Uso de rastros e vestígios para inventário de mamíferos de médio e grande porte em paisagem fragmentada com matriz de silvicultura (Itatinga, SP). Trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de bacharel de Ciências Biológicas na Escola Superior de Agricultura Luiz de queiroz.

LEVACOV, D. JERUSALINSKY, L. FIALHO, M. S. Tráfico nacional de primatas: táxons, origens, destinos. ibama- centro de proteção de primatas brasileiros. 2007.

LIDDLE, M.J. & SCORGIE, R.A. 1980. The effects of recreation on freshwater plants and animals: a review. biological conservation 17:183-206

LIMA JUNIOR, C. R. (2018). Da pena ao pincel: o passado paulista (re)criado nas encomendadas de Afonso Taunay a Oscar Pereira da Silva. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 26, e34.

- LOPES, S. F. et al. An ecological comparison of floristic composition in seasonal semideciduous forest in southeast Brazil: implications for conservation. 2012. *International Journal of Forestry Research*, v.2012, p.1-14.
- LOWTHER, P. E. (2020). Pavonine cuckoo (*dromococcyx pavoninus*), version 1.0. in *birds of the world* (t. s. schulenberg, editor). cornell lab of ornithology, ithaca, ny, usa. <https://doi.org/10.2173/bow.pavcuc1.01>
- MENDONÇA. M.J.C; MOTTA.R.S.M. *Saúde e Saneamento no Brasil*. IPEA. Textos para discussão, nº 1081. Rio de Janeiro, 2005.
- MILANI, E. J. 2004. Comentários sobre a origem e a evolução tectônica da Bacia do Paraná. In: MANTESSO-NETO V, BARTORELLI A, CARNEIRO CDR & BRITO NEVES BB (Eds.). *Geologia do continente sul-americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida*, São Paulo, Beca. p. 265-279.
- MILANI, E. J.; FRANÇA, A. B.; SCHNEIDER, R. L. Bacia do Paraná. *Boletim de Geociências da PETROBRÁS*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 69-82, jan./mar. 1994.
- MILANI, EDISON & AZAMBUJA FILHO, NILO & RAMOS, VICTOR. (1997). *Evolução tectono-estratigráfica da Bacia do Paraná e seu relacionamento com a geodinâmica fanerozóica do Gondwana sul-ocidental*.
- MKR CONSULTORIA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA, 2018. *Laudo de fauna - loteamento misto canárias*. Porto Feliz/SP
- MORENO, D. J. 2011. Levantamento preliminar de avifauna do parque das monções, Porto Feliz – SP. *revista eletrônica de biologia (reb)*, v. 3, n. 4, p. 125-142.
- MORENO, D.J. & CASTANHO, L. 2012. Avifauna em parques e praças urbanas na cidade de Porto Feliz/SP. XIX Congresso Brasileiro de Ornitologia, at Maceió, al, Brazil.
- MORO - RIOS, R.F.; SILVA - PEREIRA, J.E.; SILVA, P.W.E.; MOURA - BRITTO, M.DE. & PATROCÍNIO, D.N.M. 2008. *Manual de rastros da fauna paranaense*. Curitiba: Instituto Ambiental Do Paraná, 70p

- MOURA, S. L. 2015. Fauna de mamíferos associada à mata ciliar do Ribeirão Pirajibu no município de Sorocaba – SP. *Scientia Vitae*, Volume 3, Ano 3, Julho-Agosto de 2015, P 49-55.
- MUELLER-DUMBOIS, D.; ELLEMBERG, H. Aims and methods of vegetation ecology. New York: John Wiley, 1974. 547p.
- NAKAZAWA. 1994. Carta Geotécnica do Estado de São Paulo. Escala 1:500.000 Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT.
- NASCIMENTO, F.O. 2010. Revisão taxonômica do gênero *leopardus* gray, 1842 (*carnivora, felidae*). tese (Doutorado em Ciências, Zoologia). Universidade De São Paulo. 366P
- NOWAK, R. M. 1999. walker's mammals of the world. v. 1: 6. Ed. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 836 P.
- ODA, G. H., IRITANI, M. A., FERREIRA, L. M. R., da Silva, A. H., & ROCHA, G. A. (2005). Proposta Metodológica Para Exploração Racional Do Sistema Aqüífero Tubarão No Estado De São Paulo. *Águas Subterrâneas*, (1). Recuperado de <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23216>
- OLIVER ARQUITETURA. Revisão do plano diretor do município de Porto Feliz e da planta genérica de valores: Etapa 02 – Leitura da Realidade Municipal. Disponível em: <http://oliverarquitetura.com.br/wp-content/uploads/2016/09/ETAPA-2-LEITURA-DA-REALIDADE-MUNICIPAL-30_11_2016.pdf> Acessado em 16 de julho de 2021.
- PAGLIA, A. P., G. A. B. FONSECA, A.B. RYLANDS, G. HERRMANN, L.M.S. AGUIAR, A.G. CHIARELLO, Y.L.R. LEITE, L.P. COSTA, S. SICILIANO, M.C.M. KIERULFF, S.L. MENDES, V. TAVARES, R.A. MITTERMEIER AND J.L. PATTON. 2012. Annotated checklist of brazilian mammals. *occasional papers in conservation biology*, 6: P.1–76.
- PEATE, D.; HAWKESWORTH, C. J.; MANTOVANI, M. S. ., 1992. Chemical Stratigraphy of the Paraná Lavas (South America): Classification of Magma Types and their Spatial Distribution. *Bulletin of Volcanology*, 55: 119-139.

PIACENTINI, V.Q., A. ALEIXO, C.E. AGNE, G.N. MAURICIO, J.F. PACHECO, G.A. BRAVO, G.R.R. BRITO, L.N. NAKA, F. OLMOS, S. POSSO, L.F. SILVEIRA, G.S. BETINI, E. CARRANO, I. FRANZ, A.C. LEES, L.M. LIMA, D. PIOLI, F. SCHUNCK, F.R. AMARAL, G.A. BENCKE, M. COHN-HAFT, L.F.A. FIGUEIREDO, F.C. STRAUBE & E. CESARI (2015) ANNOTATED CHECKLIST OF THE BIRDS OF BRAZIL BY THE BRAZILIAN ORNITHOLOGICAL RECORDS COMMITTEE / LISTA COMENTADA DAS AVES DO BRASIL PELO COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS. REVISTA BRASILEIRA DE ORNITOLOGIA 23(2): 91-298.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IDH M. 2013 Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: ago. 2021.

PONÇANO, W. L. (Coord.) *et al.* Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo: IPT, 1981. 2 v. (Publicação IPT, 1 183; Monografias, 5).

PORTO FELIZ. Lei Complementar nº 215, de 11 de julho de 2019. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Feliz. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/rhbx>>. Acessado em: agosto/2021.

PORTO FELIZ. Lei nº 5064 de 12 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração da Lei nº 3671, de 18 de dezembro de 1998, e alterações posteriores, conforme especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/p/porto-feliz/lei-ordinaria/2012/506/5064/lei-ordinaria-n-5064-2012-dispoe-sobre-alteracao-da-lei-n-3671-de-18-de-dezembro-de-1998-e-alteracoes-posteriores-conforme-especifica-e-da-outras-providencias>> Acessado em 30 de junho de 2021.

PORTO FELIZ. Plano Diretor de Porto Feliz. 2021. Disponível em: <<https://mega.nz/file/PwJ1mQLZ#VR0La9WubxbEogGsSEs1zlOpmRjqlStNQF9DgHtOIM>>. Acessado em 28 de junho de 2021.

PREFEITURA DE SOROCABA. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. 2021. Disponível em: <https://meioambiente.sorocaba.sp.gov.br/>. Acessado em 28 de junho de 2021.

- RANGEL, C. H. & NEIVA, C. H. M. B. 2013. Predação de vertebrados por cães canis lupus familiaris (mammalia: carnivora) no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Biodiversidade Brasileira, 3(2): 261-269.
- REIS, N. R. ET AL. (EDS.). 2010. Mamíferos do Brasil: Guia de identificação. Rio de Janeiro: Technical Books, 560P.
- REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A. & LIMA, I.P. 2006. Mamíferos do Brasil. Londrina, 437 P
- REIS, N.R.; PERACCHI, A.L.; PEDRO W.A.; LIMA I.P. 2011. Mamíferos do Brasil. 2. Ed. Londrina.
- RICKLEFS, R. E. 2010. A economia da natureza. 6ª edição. Guanabara Koogan. 536 P.
- ROSS, J.L.S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. Revista do departamento de geografia. 1994.
- ROSSI, M. 2017. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo – Revisado e Ampliado.
- RUMO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., 2019. Análise das campanhas do programa de monitoramento sazonal da fauna silvestre -Loteamento Residencial São Sebastião. Porto Feliz/SP.
- RUMO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.,2019. Diagnóstico da fauna silvestre - Loteamento Santa Marina. Porto Feliz/SP
- SÃO PAULO - Resolução SMA nº 057, de 05 de junho de 2016. Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo.
- SÃO PAULO (Estado) - Inventário florestal do estado de São Paulo: Mapeamento da cobertura vegetal nativa. 2020. Disponível em <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2020/08/novo-inventario-florestal-do-esp-aponta-crescimento-de-214-mil-hectares-de-vegetacao-nativa-no-territorio-paulista/>>. Acessado em 28 de junho de 2021.
- SÃO PAULO (Estado) - PLANOS MUNICIPAIS DA MATA ATLÂNTICA. Plano Municipal da Mata Atlântica do Município de Sorocaba. 2014. Disponível em:

<https://pmma.etc.br/?option=com_jdownloads&Itemid=969&view=view_category&catid=7>. Acessado em 28 de junho de 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 63.853/2018. Declara as espécies da fauna silvestre no estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 928, de 09 de janeiro de 1973. Transfere da Administração da Assessoria de Revisão Agrária para a do Instituto Florestal, ambos da Secretaria da Agricultura. Diário oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, p. 4, de 10 de janeiro de 1973.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Conama N.º 001, de 31 de janeiro de 1994. Considerando ação conjunta entre o Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 do Decreto Estadual nº 30.555, de 03 de outubro de 1989, e o Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68 do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445, de 16 de agosto de 1989;[...]. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-310194.PDF>>. Acessado em 28 de junho de 2021.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Conjunta SMA Ibama/SP nº 1, de 17 de fevereiro de 1994. O secretário do meio ambiente e o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama em São Paulo, considerando o disposto no art. 23, Incisos VI e VII da Constituição Federal e a necessidade de se definir vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica em cumprimento ao disposto no art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de Fevereiro de 1993, na Resolução CONAMA 10 de 10 de Outubro de 1993 e a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA - 64, de 10-9-2009. Dispõe sobre o detalhamento das fisionomias da Vegetação de Cerrado e de seus estágios de regeneração, conforme Lei Estadual nº13.550, de 2 de junho de 2009, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA Nº 7, de 18 de janeiro de 2017. Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, p. 54-57, de 20 de janeiro de 2017.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA nº 7, de 18 de janeiro de 2017. Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, p. 54-57, de 20 de janeiro de 2020.

SÃO PAULO. 1977. Decreto nº10.755. Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. 1991. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

SÃO PAULO. Lei nº 13.550, de 02 de junho de 2009. (Atualizada até a Lei nº 16.924, de 10 de janeiro de 2019). Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Resolução SIMA 80, de 16 de outubro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos que especifica.

- SÃO PAULO. Resolução SMA nº 32, de 28 de março de 2016. Dispõe sobre os parâmetros mínimos para o monitoramento da qualidade da água relativos ao licenciamento da atividade da aquicultura e dá outras providências.
- SCHERER, A., S. B. SCHERER, L. BUGONI, L. V. MOHR & S. M. HARTZ. 2007. Estrutura trófica da avifauna em oito parques da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Ornithologia* 1 (1):25-32.
- SEGALLA, M.V.; CARAMASCHI, U.; CRUZ, C.A.G.; GARCIA, P.C.A.; GRANT, T.; HADDAD, C.F.B.; SANTANA, D.J.; TOLEDO L.F.; J.A. LANGONE. 2019. Brazilian amphibians: list of species. *herpetologia brasileira* 8(1): 65-96
- SICAR – Serviço Florestal Brasileiro. 2021. Disponível em: <<https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>>. Acessado em 28 de junho de 2021.
- SIGRIST T. 2012. MAMÍFEROS DO BRASIL: Uma visão ar-tística. Avisbrasilis, São Paulo, 445 PP
- SIGRIST, T. 2009. Guia de Campo Avis Brasilis – Avifauna Brasileira. Vol. 2. Avisbrasilis Editora. Vinhedo/SP
- SILVA, W. C. et al. Estudo da Regeneração Natural de espécies arbóreas em fragmento de Floresta Ombrófila Densa, Mata das Galinhas, no Município de Catende, zona da mata sul de Pernambuco. 2007. *Revista Ciência Florestal*, Santa Maria-RS, *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 17, n. 4, p. 321-331.
- SILVANO, D.L., COLLI, G.R., DIXO, M.B.O., PIMENTA, B.V.S. & WIEDERHECKER, H.C. 2003. Anfíbios e Répteis. IN: RAMBALDI, D.M.; OLIVEIRA, D.A.S (ORG.). Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA / SBF 2003. CAP. 7, P. 183-2004.
- SIMA – Secretária De Infraestrutura E Meio Ambiente. Planos de Manejo. 2021. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/07/apresentacao->

lançamento-inventario-florestal-2020.pdf. Acessado em 28 de junho de 2021.

SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução SMA nº 49, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2014/05/resolucao-sma-49-2014/>>. Acessado em: fevereiro/2021.

SOROCABA. Decreto nº 19.424, de 17 de agosto de 2011. Cria o Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2011/1943/19424/decreto-n-19424-2011-cria-o-parque-natural-municipal-corredores-de-biodiversidade-e-da-outras-providencias-2011-08-17-versao-original>>. Acessado em 28 de junho de 2021.

SOROCABA. Decreto nº 21.618, de 7 de janeiro de 2015. Cria o Parque Natural Municipal de Brigadeiro Tobias e dá outras providências. disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2015/2162/21618/decreto-n-21618-2015-cria-o-parque-natural-municipal-de-brigadeiro-tobias-e-da-outras-providencias>> Acessado em 28 de junho de 2021.

SOROCABA. Decreto nº 22.023, de 28 de outubro de 2015. Cria a Estação ecológica Municipal do Pirajibu e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2015/2203/22023/lei-organica-sorocaba-sp>>. Acessado em 28 de junho de 2021.

SOROCABA. Lei nº 11.234, de 10 de dezembro de 2015. Cria a estação ecológica "Governador Mário Covas", revoga expressamente a Lei nº 6.416, de 22 de junho de 2001, que cria o parque municipal "Governador Mário Covas" e dá outras providências. disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/leiordinaria/2015/1124/11234/lei-ordinaria-n-11234-2015-cria-a-estacao-ecologica-governador-mario-covasrevoga-expressamente-a-lei-n-6416-de-22-de-junho-de-2001>>

que-cria-o-parque-municipal-governador-mario-covas-e-da-outras-providencias. Acessado em 28 de junho de 2021.

SOROCABA. Lei nº 11.471, de 20 de dezembro de 2016. Cria a Estação Ecológica "Bráulio Guedes da Silva", revoga expressamente a Lei nº 4.043, de 19 de outubro de 1992, que cria o parque natural "Bráulio Guedes da Silva", e dá outras providências. disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/leiordinaria/2016/1148/11471/lei-ordinaria-n-11471-2016-cria-a-estacao-ecologicabraulio-guedes-da-silva-revoga-expressamente-a-lei-n-4043-de-19-de-outubro-de-1992-que-cria-o-parque-natural-braulio-guedes-da-silva-e-da-outras-providencias>>. acessado em 28 de junho de 2021.

SOS MATA ATLANTICA. Bioma Mata Atlântica. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica?utm_source=google-ads&utm_medium=cpc&utm_campaign=biomas&keyword=mata%20atlantica&creative=519561022233&gclid=CjwKCAiA4veMBhAMEiwAU4XR0a1wUvJB_BRMVy4RX2upNJDzEot89QchXNHvMCHCCJfIA8PK5uytxoCAPIQAvD_BwE>. Acessado em 28 de junho de 2021.

SPECIESLINK 2020. disponível em: <http://www.splink.org.br/> Acesso em: 20/07/2021.

SRBEK-ARAUJO, A.C. & A.G. CHIARELLO. 2005. Is camera-trapping an efficient method for surveying mammals in neotropical forests? A case study in south-eastern Brazil. *Journal OF Tropical Ecology* 21 (1): 121-125.

STATTERSFIELD, A.J., M.J. CROSBY, A.J. LONG & D.C. WEGE, 1998. Endemic Bird Areas of the world - Priorities for Biodiversity Conservation. Birdlife Conservation Series Num 7.

STOTZ, D.F., FITZPATRICK, J.W., PARKER III, T.A. & MOSKOVITS, D.K. 1996. Neotropical birds: ecology and conservation. The University of Chicago Press, Chicago, P.882.

STRAFORINI, Rafael. No caminho das tropas. Sorocaba/SP: TCM, 2001.

- TALTASSE, P. R. 1968. Os fácies hidroquímicos no Estado de São Paulo. In: 22º Congr. Bras. Geol., Belo Horizonte, MG. Anais ...SBG, Belo Horizonte. 1:263-266.
- TELINO-JÚNIOR, W.R.; M.M. DIAS; S.M. JÚNIOR; R.M. LYRA-NEVES E M.E.L. LARRAZÁBAL. 2005. Estrutura Trófica da Avifauna na Reserva Estadual De dGurjaú, Zona Da Mata Sul, Pernambuco, Brasil. Revista Brasileira de Zoologia 22 (4): 962-973.
- TELINO-JÚNIOR, W.R.; M.M. DIAS; S.M. JÚNIOR; R.M. LYRA-NEVES E M.E.L. LARRAZÁBAL. 2005. Estrutura Trófica da Avifauna na Reserva Estadual De Gurjaú, Zona da Mata Sul, Pernambuco, Brasil. Revista Brasileira de Zoologia 22 (4): 962-973
- TEMPLETON R., ALAN & J. ROBERTSON, ROBERT & A. BRISSON, JENNIFER & STRASBURG, JARED. 2001. Disrupting evolutionary processes: the effect of habitat fragmentation on collared lizards in The Missouri Ozarks. Proceedings Of The National Academy Of Sciences Of The United States Of America. 98. 5426-32. 10.1073/PNAS.091093098
- THE ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP. 2016. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants : APG IV. Bot. J. Linn. Soc. 181: 1-20. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>> Acessado em: 01 de dezembro de 2021.
- THE PLANT LIST (2013). Versão 1.1. Disponível em:<<http://www.theplantlist.org/>> Acessado em: 01 de dezembro de 2021.
- TURNER, I. M. 1996. Species loss in fragments of tropical rain forest: a review of the evidence. Journal of Applied Ecology, V.33, P.200-209
- VALADÃO, R. M.; FRANCHIN, A. G. E MARÇAL-JÚNIOR, O. 2006. A avifauna no Parque Municipal Victório Siquierolli, Zona Urbana de Uberlândia (MG). Biotemas, Vol. 19, PP. 81-91
- VAN ROOY, P.T.J.C. & STUMPEL, A.H.P. 1995. Ecological impact of economic development on sardinian herpetofauna. CONSERVATION BIOLOGY 9:263-269.
- VIELLIARD, J. M. E. 2000. Bird community as an indicator of biodiversity: results from quantitative surveys in Brazil. AN. ACAD. BRAS. CIÊNC.72, 323-330.

- WEMMER, C.; T.H. KUNZ; G. LUNDIE-JENKINS & W. MCSHEA. 1996. MAMMALIAN SIGN, P. 157-176. IN: D.E. WILSON; F.R. COLE; J.D. NICHOLS; R. RUDRAN & M.S. FOSTER (EDS). MEASURING AND MONITORING BIOLOGICAL DIVERSITY: STANDARD METHODS FOR MAMMALS. WASHINGTON, SMITHSONIAN INSTITUTION PRESS, 409P.
- WIKIAVES. 2020. WIKIAVES, A enciclopédia das aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.wikiaves.com.br/>>. acesso em: 20/07/2021.
- WILLIS, E. O. 1979. The composition of avian communities in remanescent woodlots in southern Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia, São Paulo*, 33 (1): 1-25.
- XENO-CANTO. 2020. <http://www.xeno-canto.org> (último acesso em 20/07/2021).
- YOSHINAGA, S.; ODA, G.H.; HIRATA, R.C.A.; CASTRO, S.A.P.; HASSUDA, S.; IRITANI, M.A.; OTSUBO, O.M.; GUZZI, R.J.; ESTEVES, T.C. 1990. Contribuições ao conhecimento da hidrologia subterrânea do município de Sorocaba, SP. In: 6º CONGR. BRAS. AG. SUBT., Porto Alegre RS. Anais...ABAS, Porto Alegre: 154-163.
- ZALÁN, P.V., WOLF, S., CONCEIÇÃO, J.C. DE J., MARQUES, A., ASTOLFI, M. A. M., VIEIRA, I.S., APPI, V.T., ZANOTTO, O.A. Bacia do Paraná. In: PETROBRÁS. RAJA GABAGLIA, G.P., MILANI, E.J. (eds.). *Origem e evolução de bacias sedimentares*. Rio de Janeiro: 1990. p. 135-168.
- ZIMMERMAN, B.L. 1994. Audio strip transects. in measuring and monitoring biological diversity (W.R. HEYER, M.A. DONNELLY, R.W. MCDIARMID, L.A.C. HAYEK & M.S. FOSTER, EDS.). smithsonian Institutions Press, Washington and London, P.92-97

16. EQUIPE TÉCNICA

Este relatório foi elaborado pela empresa RUMO Soluções Ambientais Ltda., sendo que as responsabilidades da empresa e dos técnicos se restringem às informações contidas neste documento.

Coordenadores Técnicos:

Eng.º Agrônomo Edmundo Roiz Junior	CREA 0605031321
Eng.º Ambiental Guilherme Garcia Carrião Fernandes	CREA 5062328489

Equipe Técnica:

Eng.º Ambiental Daniella Rodrigues	CREA 5070897904
Bióloga Ariane Carolina Bortolotte	CRBio 064730/01D
Biólogo Michel de Aguiar Passos	CRBio 094543/01D
Bióloga Ana Claudia Oliveira de Souza	CRBio 094189/01D
Bióloga Michele Viana Katayama	CRBio 082133/01D
Biólogo Cesar Forte	CRBio 106817/01D
Bióloga Andréa Alves da Silva Climaco	CRBio em trâmite
Biólogo Carlos Henrique da Cruz Martins	CRBio em trâmite
Geóloga Mariana Kozlowski Caldo	CREA 5063576264
Geógrafo Daniel Kozlowski Caldo	CREA 5064021619
Geógrafo Eduardo Donizete Pastrelo	CREA 5069203890
Sociólogo Vitor César Vanetti	
Gestora Ambiental Emmily Larissa Felipe Vidoy	CRQ em trâmite
Auxiliar de fauna e acarologia Amanda Vital Antunes	
Estudante de Engenharia Florestal Eduardo Mazzero	